

## Reseña de Publicaciones

Sarmento, E. (2008); O Turismo Sustentável como fator de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde. Edições Universitárias Lusófonas: Lisboa.

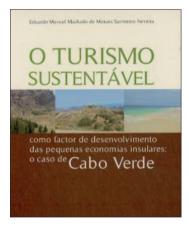
ISBN 9789728881597

## Edgar Bernardo\*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)

Eduardo Moraes Sarmento, professor na universidade Lusófona em Lisboa fez do estudo de caso do arquipélago de Cabo Verde, a sua tese de doutoramento. Dessa investigação resultou este livro que procura sintetizar e melhorar esse trabalho original centrado na análise deste país africano enquanto potencial exemplo da implementação de um modelo de desenvolvimento turístico. O texto é composto por quatro capítulos, o primeiro dos quais contextualiza e caracteriza as pequenas economias insulares (PEI), o segundo aborda os potenciais efeitos da atividade turística nestes contextos. No terceiro capítulo o autor aporta o caso de Cabo Verde, prosseguindo no quarto e último capítulo pela análise do mesmo com base na pesquisa empírica da evolução do turismo e seus efeitos.

Como referido, o livro desperta a atenção dos leitores para as PEI e os indicadores que as caracterizam como a população, o produto interno bruto, área geográfica e termos de troca. Daqui o autor introduz e explica cada uma das características comuns que



distinguem estas economias de outras como a dimensão do mercado interno, a base limitada dos recursos domésticos, a diversificação limitada, a abertura, a dependência externa, e a suscetibilidade aos riscos naturais e mudanças ambientais. Cada um destes fatores contribui na construção de um quadro de vulnerabilidade dos PEI que confirma as dificuldades acrescidas que estes territórios atravessam face aos restantes estados de maior dimensão.

Importa sublinhar que esta vulnerabilidade não envolve apenas indicadores económicos, na verdade, os vários índices de vulnerabilidade mais aplicados aos PEI contemplam a questão ambiental e ecológica a par da económica e social, tal como, a sua resiliência interna e externa. O autor pretende deixar claro que estes índices per si não são suficientes para encontrar estratégias que permitam ultrapassar essas vulnerabilidades, sendo necessário olhar para os particularismos do seu modelo económico.

O modelo de desenvolvimento económico em causa é denominado por MIRAB e está assente na emigração, nas remessas enviadas pelos emigrantes, nos programas de ajuda pública internacional e na burocracia administrativa. Ora este modelo acaba por provocar ou agravar a dependência dos PEI face às injeções de capital externo e perpetuar a saída do capital humano num ciclo de emigração que tende a desqualificar os que permanecem, usualmente, menos instruídos e capacitados do que os que partem.



<sup>\*</sup> Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; E-mail: edgarbernardoutad@gmail.com

De modo a escapar a tal modelo cíclico, a exportação de serviços poderá ser a solução, por outras palavras, o turismo, pela sua orientação para o exterior, possível articulação com as atividades domésticas, e pela oferta de um recurso com vantagem competitiva, parece ser uma solução a considerar. Tal consideração envolve reconhecer, identificar e precaver os potenciais efeitos que daí possam decorrer, de forma a conseguir uma 'abertura devidamente orientada'.

Esta atividade económica tem demonstrado um crescimento consistente, em particular após a 2ª Guerra Mundial, tanto na evolução do fluxo de turistas, como nas receitas geradas e até nas projeções da procura para as próximas décadas. Por outro lado, este crescimento não é acompanhado equitativamente por todas as regiões do globo, em particular no continente africano e no médio oriente. 'Enquanto instrumento de crescimento e de transformação estrutural das PEI' importa considerar as características e os efeitos do turismo. Sarmento explana e caracteriza cada um destes efeitos que agrupa em diferentes tipos, mormente, globais, parciais e externos, cada um destes com os seus sub-efeitos específicos. O destaque neste segundo capítulo vai para a introdução da questão da sustentabilidade e do turismo sustentável para o desenvolvimento insular. Um modelo que escapa às estratégias comuns de desenvolvimento turístico, centradas no turismo balnear internacional massificado e que acarretam consigo inúmeros impactos negativos que acabam por fragilizar ou até destruir destinos ou economias frágeis.

O turismo sustentável é considerado como uma articulação entre setor privado, comunidade e o meio-ambiente, envolvendo todos os intervenientes, sendo capaz de sustentar as empresas envolvidas, satisfazer as populações residentes e proteger o seu património natural e cultural. O fracasso deste modelo conduz a vários impactos negativos reconhecidos como a destruição da natureza, aumento da poluição, quebra da atitude dos residentes face à atividade turística, etc. Uma consequência que não resulta apenas das pressões do setor privado, já que o poder público pode contribuir para este resultado em função da sua intervenção, burocracia, incompetência técnica, etc. Como agravante, não podemos esquecer as fragilidades e permeabilidades que as PEI tendem a ter face aos desastres naturais que podem também interferir neste processo.

O autor infere que o planeamento do desenvolvimento em PEI tem de ser diferente daqueles implementados em países desenvolvidos, sobretudo se o objetivo é um desenvolvimento sustentável. O sucesso do turismo sustentável exige a monitorização de indicadores adequados para cada tipo de efeito expectável nas comunidades, na intensidade das atividades turísticas, na sazonalidade, consumo da água e energia, no tratamento dos resíduos, nas alterações climáticas, nos transportes, nas atrações, nos parques e áreas protegidas, e na capacidade de carga. Há ainda que considerar as várias técnicas de análise económica destes como os efeitos multiplicadores e análise *input* e *output*, a Conta Satélite do Turismo, bem como o modelo Equilíbrio Geral Calculável, cada qual com as suas vantagens e desvantagens, e por fim, o Índice de Penetração de Turismo (IPT). O IPT é apresentado como o modelo ideal uma vez que é capaz de cruzar aspetos económicos, sociais e ambientais. Sarmento aplica o IPT a várias PEI, entre estas Cabo Verde, caracterizado este país como estando numa fase inicial de desenvolvimento turístico.

Neste ponto da obra entramos no terceiro capítulo, momento de caracterização do estudo de caso, o já referido arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a sua economia e modelo de desenvolvimento. Numa retrospetiva histórica pós-independência, este capítulo dá a conhecer os constrangimentos, em particular a dependência do país face às transferências unilaterais. Num modelo de desenvolvimento inspirado no movimento soviético, os vários governos entre 1982 e 1991, procuraram criar um mercado interno e um setor produtivo forte que sustentasse o país. Em parte, pelo fracasso deste modelo, com as primeiras eleições livres em 1991, assistiu-se a uma abertura gradual ao mercado internacional onde o setor dos serviços começou a ganhar destaque e a garantir investimentos da parte do governo e dos privados, nomeadamente, investimento externo.

Uma vez membro da economia global o crescimento económico foi acelerado e com ele alguma melhoria da qualidade de vida e redução do desemprego, ainda que alguns aspetos sociais continuassem por corrigir, como a taxa de analfabetismo, formação profissional, acesso a água potável e saneamento básico ou eletricidade, crescimento desmesurado das periferias e centros urbanos, etc., fatores que sustentavam um índice de pobreza ainda acima dos 56% em 2002. Sarmento infere que apesar da abertura ao mercado global, as debilidades da economia de Cabo Verde, não permitiram uma alteração estrutural mantendo características semelhantes à sua situação de pré independência. Deste modo justifica a necessidade de criar um novo modelo de integração económica internacional virado para o mercado externo ou para as exportações, mormente, o setor dos serviços. O turismo, recorrendo às condições naturais de excelência do arquipélago, demonstra potencial para atingir o desenvolvimento desejado.

Edgar Bernardo 177

Este potencial para ser atingido obriga a uma mudança de paradigma político ao nível da estratégia de desenvolvimento, em particular face aos primeiros quatro planos nacionais de desenvolvimento estabelecidos entre 1982 e 1996. O autor demonstra como apenas a partir de 1997 os governos de Cabo Verde definiram, planearam, legislaram e implementaram medidas concretas para o estabelecimento da atividade turística como o principal instrumento de desenvolvimento nacional, como a evolução e consolidação da cultura nacional; a integração na economia de mercado internacional e a aposta no setor privado como promotor do desenvolvimento interno. Assim o setor do turismo destaca-se e consolida o seu papel na economia interna, valorizando o país, promovendo-o e desenvolvendo-o em qualidade e visando o equilíbrio da economia.

Todavia, apesar de um crescimento positivo do sector, o autor destaca que os constrangimentos ambientais, estruturais e da oferta, não se diluem facilmente, podendo até criar novas incoerências como por exemplo as culturais, daí que o IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1997-2000, objetive também colmatar ou minimizar essas lacunas, através da qualificação humana, proteção, desenvolvimento de infraestruturas, regeneração do património e da promoção do país como destino turístico.

No seguimento e reforço do plano anterior, o V PND (2002-2005) propõe a interligação do eixo do turismo com os restantes, o do território, o social, o cultural, o ambiental, dos transportes, pesca, educação e outros que se cruzam com o primeiro, numa linha de complementaridade necessária para um desenvolvimento sustentável do país.

Na sua análise empírica à evolução do turismo neste país, Sarmento demonstra como o fluxo turístico tem crescido rapidamente (com forte proveniência de Portugal e Itália), em particular na ilha do Sal, a par do aumento significativo da oferta, do investimento e das receitas geradas. À luz do diagnóstico apresentado o autor procura antecipar alguns dos efeitos esperados, nomeadamente, a excessiva concentração em apenas dois países, o perigo de degradação territorial, e a necessidade de proteção da natureza autóctone.

A principal contribuição desta obra concentra-se precisamente na construção de vários cenários expectáveis entre 2003-2015, antecipando problemas e constrangimentos concretos que se podem tornar obstáculos ao modelo de desenvolvimento económico procurado, mas também apresentando contributos positivos para o mesmo. Esse trabalho é realizado recorrendo a um modelo de desenvolvimento com dezassete hipóteses baseadas, no crescimento e distribuição da população, na taxa de população ativa, na mão-de-obra disponível, no crescimento do Produto Interno Bruto, taxa de ocupação hoteleira, permanência média, emprego e receitas geradas, impostos recolhidos, efeitos ambientais, e no investimento em infraestruturas e capacidade de transporte entre as ilhas, etc.

Com estes indicadores são formuladas duas projeções do fluxo turístico, uma conservadora e outra mais otimista, cujos dados são expostos para consideração num cenário de evolução do turismo que culmina numa avaliação dos seus potenciais impactes e impactos económicos (desenvolvimento do mercado interno e exportações, do setor empresarial, das infraestruturas e transporte, desenvolvimento setorial, pesca, pecuária, setor agrícola, receitas públicas balança de pagamentos, geração de investimentos), sociais (criação de emprego, alimentação e segurança alimentar, reabilitação do património histórico e cultural, proteção e segurança, valorização e preservação cultural, combate à pobreza, desencravamento das populações) e ambientas (ordenamento do território, setor energético, saneamento básico, recursos hídricos).

Estabelecidos os potenciais efeitos, Sarmento aplica o seu IPT, e estabelece que economicamente, ou em termos de resiliência, as ilhas das Boa Vista, Maio e Brava serão as mais atrativas ao passo que a ilha do Sal perderá destaque. Já no que se refere aos indicadores sociais e ambientais, ou em termos de vulnerabilidade, antevê um gradual declínio da ilha do Sal para com as do Maio e Boa Vista, surgindo a Brava como um destino turístico de desenvolvimento médio.

O modelo proposto, e seus resultados, efetuam uma análise que abrange de 2003 a 2015, sendo de denotar que, apesar das conjeturas não se cumprirem totalmente, pois seria impossível prever os impactos das guerras recentes no médio oriente, da primavera árabe, ou da crise internacional de 2008, os dados atuais, como de resto se poderá verificar nos vários estudos de caso apresentados neste número especial, acabam por confirmar o rápido crescimento do destino turístico da ilha da Boa Vista e a maturação da ilha do Sal, e como tal, parte substancial das suas previsões.

O autor termina esta obra dando nota de algumas conclusões e alerta. Para Sarmento, o desenvolvimento do turismo no arquipélago de Cabo Verde, apesar de não ser distribuído equitativamente, tem permitido ao país uma diversificação económica em crescendo, o que tem impelido a um desenvolvimento social e cultural positivo, não descurando, todavia, a fragilidade do sector ambiental neste quadro, e o alerta para a necessidade de trabalhar devidamente esta vertente no quadro de evolução de Cabo Verde.

Defende ainda que a estratégia de desenvolvimento da mesma deve encaminhar-se para o mercado externo, dinamizando concomitantemente a economia interna, destacando a funcionalidade do turismo, como propulsor económico do desenvolvimento almejado.

A obra "O turismo sustentável como fator de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde" partilha uma perspetiva sobre o turismo enquanto atividade económica, demonstrando como a economia aborda, compreende e considera o estudo do turismo, permitindo a investigadores de outras áreas, e até leigos, ter uma noção da sua perspetiva, uso de ferramentas e instrumentos. Ademais, este trabalho não se esgota apenas numa perspetiva puramente economicista, complementando-se com dados e considerações referentes aos outros dois pilares da sustentabilidade, o ambiental e o social. Contempla com minúcia um estudo de caso pertinente, com particular interesse para a lusofonia, mas sobretudo, para o continente africano.

Recibido: 16/08/2018Reenviado: 26/09/2018Aceptado: 20/03/2019Sometido a evaluación por pares anónimos